

Estudo de Impacte Ambiental

EXPLORAÇÃO PECUÁRIA – EIRA VELHA

ALMODOVAR - GOMES AIRES

(fase: projeto de execução)

CORVI

RESUMO NÃO TÉCNICO

MAIO DE 2025

COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE



Rua Heróis da bélgica nº 81 r/c
2590-022 Sobral de Monte Agraço, Portugal

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO GLOBAL DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL



RESÍDUOS



Índice Geral:

1. Introdução	4
2. Enquadramento Geral	5
3. Descrição de Projeto	6
4. Situação de Referência	8
5. Avaliação de Impactes Ambientais.....	15
6. Medidas de minimização e Planos de Monitorização	18
7. Conclusões	20

1. Introdução

1.1. Apresentação e Objetivos

Este Resumo Não Técnico (RNT) integra o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da exploração pecuária do Monte da Eira Velha, sendo proponente a CORVI. Lda, cujo licenciamento decorre nos termos do Novo Regime de Exercício da Atividade Pecuária (NREAP). Apresenta uma área de projeto de cerca de 4,63 hectares e destina-se à regularização da atividade de pecuária em regime intensivo. Relativo a esta exploração, não existem antecedentes de AIA ou de licenciamento de RJUE (neste caso que confira direitos ao proponente).

O período de elaboração do EIA ocorreu entre maio a dezembro de 2024, com revisão dos documentos em abril de 2025 para introdução de alterações que decorreram do pedido de elementos adicionais da Comissão de Avaliação.



Figura 1. Perspetiva sobre o Monte da Eira Velha
Fonte: Fotografias dos Autores

A exploração pecuária apoia-se em dois núcleos de produção distintos, de seguida identificados:

- NP1 - Recria e Acabamento de Ovinos em regime intensivo. A exploração pecuária terá capacidade para 8390 ovinos jovens (até 6 meses) em recria/acabamento, estimando-se uma produção de cerca de 25170 animais.
- NP2 – Recria e Acabamento de Bovinos, em regime intensivo ar livre. A exploração pecuária tem capacidade para 250 bovinos, com a finalidade de abate, ou serem vendidos em vida, para exportação.

1.2. Fase do Projeto

A exploração encontra-se em plena operação, pelo que a fase de projeto para efeitos de AIA corresponde a projeto de execução, cujo licenciamento decorre nos termos do Novo Regime de Exercício da Atividade Pecuária (NREAP).

2. Enquadramento Geral

2.1. Localização, Acessos e Envolvente

A exploração está situada no Monte da Eira Velha, próximo à sede da freguesia de Gomes Aires, concelho de Almodôvar, numa área com uso rural. O acesso principal ocorre pela ER 393, facilitando a logística da atividade.

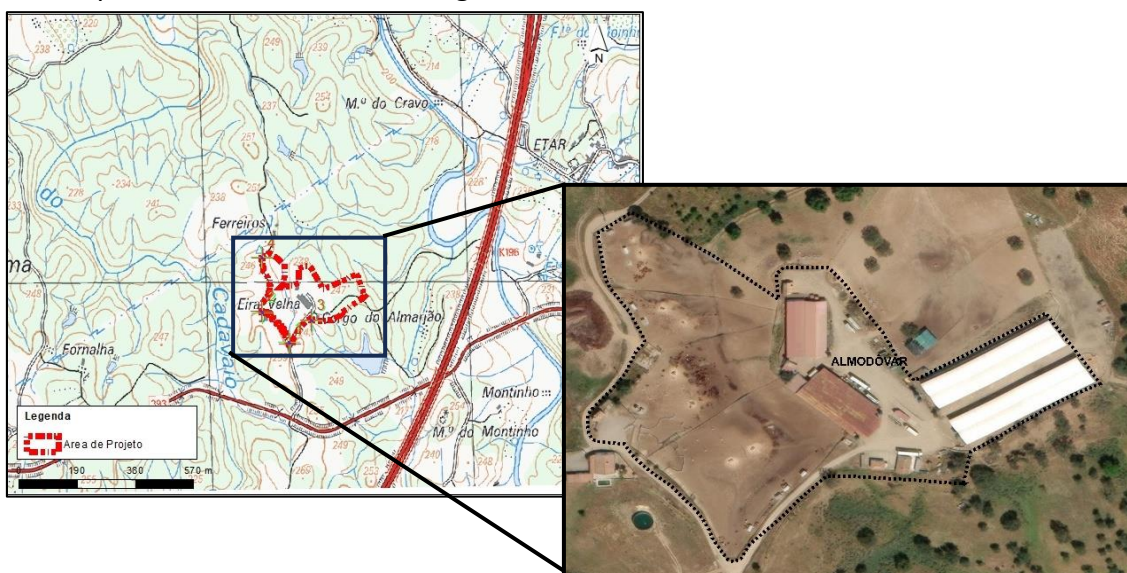


Figura 2. Localização da área de projeto (sobre Carta Militar e Fotografia Aérea)

Fonte: Carta Militar do Exército / Google Earth

2.1. Enquadramento da Área de Projeto em Áreas Sensíveis

A área de projeto não se encontra sobreposta a zonas protegidas ou sensíveis, conforme ilustra a figura 3.

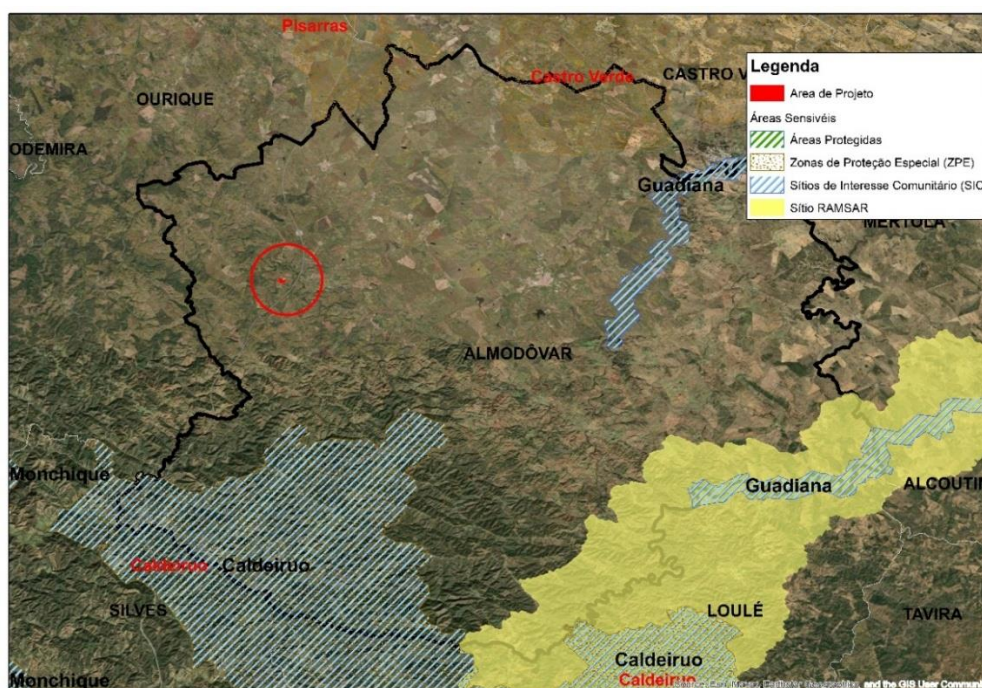


Figura 3. Enquadramento da área de projeto nas áreas sensíveis para a conservação da natureza
FONTE: DADOS PRÓPRIOS / ICNB / DGT

3. Descrição de Projeto

3.1. Edificações e Infraestrutura

O NP1, é constituído fundamentalmente por três edifícios, ao qual acresce um terceiro edifício, cuja edificação foi efetuada no decurso de 2023. Complementarmente, a exploração contempla estruturas de apoio aos dois núcleos, nomeadamente instalações sociais, balança e local de desinfeção de veículos, sala de máquina, enfermaria, arrumos, silos, necrotério ou nitreiras.



Figura 4. Instalações Sociais
Fonte: Fotos dos Autores (abril 2024)

O NP2, ocupa a metade poente da área de projeto, sendo constituído por 8 parques descobertos, com as características do quadro e figura abaixo inscritos, que na sua totalidade ocupam uma área de 24008 m².



Figura 5. Parques de Bovinos
Fonte: Fotos dos Autores (agosto 2024)

A figura abaixo inscrita identifica sobre fotografia aérea os dois núcleos de produção, identificando-se de forma precisa que as construções coincidem e integram o NP1 - Ovinos.



Figura 6. Localização dos Núcleos de produção da exploração pecuária
Fonte: Dados Próprios /DGT

3.2. Abastecimento de Água e Gestão de Efluentes Pecuários

O abastecimento de água é proveniente de seis captações tuteladas pelos respetivos licenciamentos / títulos únicos ambientais. O estrume é armazenado em duas nitreiras, cobertas com chapa zincada e impermeabilizadas com betão, e utilizado para fertilização dos campos agrícolas através do respetivo espalhamento.

3.3. Cargas Ambientais Relevantes

Considerada a tipologia de projeto são consideradas como cargas ambientais relevantes as emissões atmosféricas de NH₃ e H₂S, as escorrências de águas residuais e geração de resíduos pecuários.

Em face da localização dos parques de bovinos em regime intensivo ao ar livre, são igualmente considerados como impacte ambiental a minimizar a erosão do solo, fator que determina adianta adoção de condicionantes ao projeto.

4. Situação de Referência

4.1. Clima e Alterações Climáticas

A exploração pecuária está situada em uma área de clima temperado mediterrânico (Köppen-Geiger: Csa), caracterizado por verões quentes e secos e invernos amenos e chuvosos. Este clima influencia diretamente os processos ambientais da exploração, nomeadamente a gestão de efluentes, a conservação do solo e o bem-estar animal.

A temperatura média anual situa-se entre os 15-17°C, registando-se amplitudes térmicas anual com diferença média de 13°C entre os meses mais quentes (julho e agosto) e os mais frios (janeiro e fevereiro) e diária, com picos de 14,7°C no verão, aumentando o risco de stress térmico nos animais.

A precipitação regista uma média anual de 523,6 mm, registando-se como meses mais chuvosos novembro e dezembro (>100 mm/mês), aumentando o risco de lixiviação e escorrência de efluentes.

Estação seca entre junho a agosto (<6 mm/mês), elevando o risco de compactação do solo e redução de disponibilidade hídrica.

4.2. Geologia

A área de projeto está inserida na unidade morfo-estrutural do Maciço Antigo, dentro da Formação de Mira, que pertence ao Grupo *Flysch* do Baixo Alentejo. Esta formação, datada do Carbónico Superior, é composta por turbiditos (xistos e grauvaques) com características sedimentológicas variáveis. Existe ainda evidências de deformações incluem dobramentos suaves e filões de quartzo, observados localmente. A composição geológica não apresenta evidências de minerais economicamente relevantes num raio de 10 km, exceto uma ocorrência pequena de manganês a 11 km. A área está localizada numa região de sismicidade moderada, sem proximidade a falhas ativas significativas. Registos recentes indicam eventos sísmicos menores nas proximidades, com magnitudes inferiores a 3,8.

Por fim, não foram identificados geossítios ou ocorrências relevantes no município de Almodôvar, segundo consultas ao GeoPortal do LNEG e ao projeto PROGEO.

4.3. Solos e Capacidade de Uso de Solos

O solo predominante na área de projeto é classificado como Litossolos (ou Leptosols no sistema WRB), com espessura muito delgada (0-10 cm), de textura mediana, permeabilidade baixa a moderada.

Este tipo de solo é formado sobre rochas consolidadas e exibe um perfil incipiente, sem horizontes pedológicos bem desenvolvidos.

Os solos apresentam valor ecológico muito reduzido (classe 1), indicando limitações severas para a manutenção de biodiversidade ou suporte de vegetação densa.

A qualidade edáfica é inadequada para uso agrícola intensivo devido à baixa capacidade de troca catiónica e à acidez acentuada.

Neste contexto, o solo encontra-se classificada como Classe E, capacidade de uso do solo que indica limitações muito severas para agricultura e florestação e risco elevado de erosão, especialmente em áreas com declive.

4.4. Recursos Hídricos

O projeto está localizado na massa de água superficial do rio Mira ("06MIR1384"), que drena uma área de 35,3 km², caracterizada por formações geológicas de natureza metamórfica e predominantemente agroflorestal (37,2%).

A área é atravessada por uma linha que drena para um afluente do rio Mira, com presença de uma barragem de terra batida para abeberamento animal. Não há captações locais de água para consumo público, sendo a captação mais próxima localizada a mais de 20 km.

A área está sobre a massa de água subterrânea da Zona Sul Portuguesa da Bacia do Mira (1727,4 km²). As formações predominantes são rochas xistosas com produtividade limitada. O estado quantitativo é "Bom", mas sem informações robustas sobre parâmetros hidrogeológicos. Captações próximas incluem furos para abastecimento animal e irrigação.

As águas superficiais encontram-se classificadas com estado ecológico razoável, as principais pressões são a poluição orgânica e por nutrientes de origem urbana e agrícola. Dados indicam baixa frequência de violações de parâmetros normativos, embora fósforo e oxigénio dissolvido mereçam atenção.

As águas subterrâneas são neutras a alcalinas, sem problemas significativos de nitratos ou amoniacal. A oxigenação é pontualmente não conforme e há contaminação microbiológica ocasional.

O projeto apresenta risco médio para águas subterrâneas devido à reduzida espessura do solo e limitada capacidade de depuração das águas.

4.5. Sistemas Ecológicos

1. Área de Estudo

A área de estudo encontra-se na Herdade da Eira Velha e inclui um buffer de 50 m em torno da propriedade (100 m para fauna).

2. Áreas Classificadas e de Conservação

Apesar da área não se localizar em quaisquer áreas sensíveis, destaca-se a presença de Áreas Críticas de proteção para aves de rapina e para a conservação de espécies ameaçadas, como a águia-perdigueira e a abetarda.

3. Vegetação e Habitats Naturais

A vegetação da área inclui nove unidades principais, como montados, prados e vegetação ripícola. Alguns destes habitats são classificados como habitats naturais ou seminaturais protegidos pela Rede Natura 2000, como o habitat ripícola 92D0 e o habitat 6310 de montados potenciais.

4. Biodiversidade

A área é rica em espécies vegetais e faunísticas, embora algumas ameaçadas. No grupo das aves, identificaram-se 35 espécies na área de estudo, sendo o milhafre-real uma das espécies vulneráveis confirmadas.

A presença de espécies protegidas de flora como *Marsilea batardae* e *Ruscus aculeatus* também é notável, não na área de projeto, mas na envolvente.

4.6. Paisagem

1. Enquadramento Geral

A área de estudo insere-se numa zona de transição entre as Unidades de Paisagem Serra do Caldeirão e Campos de Ourique. A paisagem é caracterizada pela presença de montado, prados e áreas de exploração pecuária, com predominância de terrenos planos a ondulados e encostas declivosas em direção ao Rio Mira.

2. Qualidade Visual

A qualidade visual da paisagem é avaliada em função da fisiografia, vegetação, usos do solo e grau de humanização. Destaca-se a presença de contrastes sazonais significativos, com paisagens áridas no verão e vegetação mais densa e colorida no inverno. A várzea do Rio Mira adiciona valor estético, mas a exploração pecuária, devido à ausência de arranjos paisagísticos, reduz a qualidade média da área.

3. Fragilidade Visual

A paisagem apresenta fragilidade média, com bacia visual alargada proporcionada pela AE2 e pela orografia. A visualização direta a partir da autoestrada aumenta a exposição do projeto, embora os edifícios de baixa cêrcea minimizem o impacto visual.

4.7. Análise de Riscos

1. Riscos Naturais

Ondas de Calor: Fenômenos climáticos que se intensificam devido ao aumento das temperaturas globais. Almodovar apresenta suscetibilidade moderada, sendo as populações vulneráveis, especialmente os idosos, mais impactadas.

Secas: Comum na região mediterrânea de Portugal, o risco de secas é alto no concelho, afetando a disponibilidade de água. Este risco é exacerbado por mudanças climáticas que influenciam a precipitação.

Sismos: O concelho está em uma zona de sismicidade moderada. Recomenda-se o reforço estrutural de edificações para minimizar o impacto em caso de evento sísmico.

Cheias e Inundações: Algumas áreas urbanas no concelho estão vulneráveis a cheias, mas a área do projeto não apresenta risco significativo de inundação.

2. Riscos Tecnológicos

Acidentes Rodoviários: A movimentação de mercadorias perigosas nas estradas aumenta o risco de acidentes, embora o concelho apresente baixa suscetibilidade.

Acidentes na Atividade Pecuária: Riscos incluem contaminação de água e solos devido a efluentes e possíveis falhas estruturais. A manutenção rigorosa dos sistemas de contenção é essencial para reduzir o impacto.

3. Riscos Mistos

Poluição Ambiental: Mesmo com baixo risco, poluição do ar e da água pode ocorrer, principalmente se as operações da exploração não seguirem boas práticas de gestão.

Incêndios Rurais: O concelho apresenta zonas de alta perigosidade para incêndios florestais. A área de projeto tem baixo risco direto, mas a vegetação circundante exige monitoramento e prevenção.

4.8. Saúde Humana

1. Enquadramento Geral

A análise da saúde humana na área de influência do projeto recorre a dados da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (ULSBA), integrada na Região de Saúde do Alentejo. Os indicadores de saúde, como o índice de envelhecimento elevado e a esperança média de vida de 80,3 anos, refletem as características demográficas da população local. Doenças do aparelho circulatório, tumores malignos e doenças respiratórias são as principais causas de mortalidade na região.

2. População Suscetível

A afetação direta à saúde humana pela exploração pecuária é limitada, considerando que o raio de 500 m não inclui habitações ocupadas de forma permanente.

Potenciais impactes relacionados com odores, ruído e zoonoses são identificados, mas a dispersão populacional reduz o risco de exposição significativa.

3. Gestão de Recursos e Riscos Sanitários

A exploração conta com furos para captação de água subterrânea, exclusivamente para uso pecuário, e gestão de efluente adequada.

A Brucelose é a zoonose mais relevante associada ao projeto, mas os dados nacionais indicam uma incidência residual graças a programas de controlo e vacinação rigorosos.

4.9. Socioeconomia

1. Enquadramento Geral

Almodôvar, é caracterizado por baixa densidade populacional (8,63 hab/km²) e por declínio demográfico significativo (-9,89% entre 2011 e 2021). A U.F. de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, onde se insere o projeto, reflete este padrão, com uma densidade ainda menor (4,52 hab/km²) e elevada proporção de população idosa (índice de envelhecimento de 589,29).

2. Atividade Económica

A economia local é dominada pelo setor primário, especialmente a produção pecuária e agrícola, com destaque para explorações de bovinos e ovinos. No entanto, a estrutura empresarial é composta quase exclusivamente por microempresas (98,6%) de baixo volume de negócios, limitando a geração de emprego e a atratividade económica.

3. Infraestrutura e Acessibilidades

A exploração localiza-se entre dois eixos rodoviários regionais, a A2 e o IC1, facilitando o acesso às áreas de dispersão de produtos. Apesar disso, as infraestruturas locais de apoio à economia enfrentam desafios em atrair investimentos devido à limitada densidade empresarial e população ativa reduzida.

4.10. Ordenamento

1. Enquadramento Geral

O ordenamento do território da área de estudo é regulado por diversos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), com destaque para o Plano Diretor Municipal (PDM) de Almodôvar, que enquadra diretamente o projeto. A área está classificada como Espaço Florestal na categoria de Áreas Silvopastoris, e sujeita à Reserva Ecológica Nacional (REN), com risco de erosão.

2. Outros Instrumentos de Gestão do Território

PROT Alentejo: A área integra a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e corredores ecológicos, promovendo a sustentabilidade ambiental e conectividade ecológica.

PROF Alentejo: Aponta a sub-região homogénea da Cintura de Ourique como área de intervenção para funções agroflorestais e de conservação do solo e da água.

3. Condicionantes Legais e Utilidade Pública

A área do projeto não apresenta sobreposição com outras condicionantes relevantes além da REN, e fica na envolvente de uma linha de água afluente do Rio Mira.

A matéria de REN terá de ser abordada no quadro do presente EIA e nos termos da legislação atinente.

4.11. Património

A análise revelou a prática ausência de elementos de património ou estruturas culturais relevantes, o que contribui para a flexibilidade nas intervenções planeadas e minimiza as restrições de proteção patrimonial.

Essa configuração simplifica o processo de licenciamento, uma vez que não há vestígios arqueológicos ou históricos que precisem de salvaguarda especial. A paisagem, assim, mantém-se essencialmente livre de condicionantes patrimoniais.

4.12. Qualidade de Ar

1. Enquadramento Geral

A qualidade do ar na área de estudo é caracterizada pela proximidade ao concelho de Beja, região integrada no Alentejo Interior.

A estação de monitorização mais próxima, em Terena, fornece dados sobre poluentes como SO₂, NO₂, PM₁₀, PM_{2.5} e O₃, os quais se encontram geralmente abaixo dos limites legais, com exceção de algumas excedências em PM₁₀.

2. Parâmetros Principais

Dióxido de Enxofre (SO₂): Regista concentrações médias baixas, sem excedências relevantes nos anos analisados.

Partículas em Suspensão (PM₁₀, PM_{2.5}): Embora as médias estejam dentro dos limites, algumas excedências de PM₁₀ foram registradas.

Ozono (O₃): Os valores são elevados em dias de maior radiação solar, com impacto no ambiente e saúde.

Dióxido de Azoto (NO₂): Apresenta valores reduzidos, refletindo a baixa densidade populacional e tráfego na região.

3. Fontes de Emissão:

Fontes pontuais: emissões de chaminés e processos industriais.

Fontes em linha: emissões de veículos rodoviários.

Fontes em área: emissões difusas associadas à agricultura e exploração pecuária.

4.13. Ambiente Sonoro

A instalação e operação de uma exploração pecuária introduz fontes sonoras que podem impactar o ambiente sonoro da área circundante. Neste caso específico, a exploração está em pleno funcionamento e a envolvente imediata não possui usos sensíveis, exceto as habitações dos trabalhadores. O regulamento aplicável é o R.G.R., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, que estipula valores limite para as Zona Sensível e Zona Mista. Os valores de referência são:

- **Zonas Mistas:** Lden ≤ 65 dB(A) e Ln ≤ 55 dB(A).
- **Zonas Sensíveis:** Lden ≤ 55 dB(A) e Ln ≤ 45 dB(A).
- **Zonas não classificadas:** Lden ≤ 63 dB(A) e Ln ≤ 53 dB(A).

O estudo acústico permitiu concluir pela inexistência de impacte sobre o meio.

4.14. Resíduos

O relatório descreve a gestão dos resíduos gerados na exploração em funcionamento, com ênfase nos resíduos derivados de cuidados veterinários, embalagens de desinfetantes e resíduos urbanos. Os resíduos veterinários, classificados como perigosos (código LER 18 02 02*), são recolhidos e eliminados pela AmbiMed, enquanto as embalagens de desinfetantes são recolhidas pelos fornecedores dos produtos, e os resíduos urbanos são encaminhados para a recolha municipal.

A exploração adota práticas de triagem dos resíduos, separando-os conforme a Lista Europeia de Resíduos (LER) e armazenando-os de acordo com a sua tipologia até ao momento da recolha.

Quanto aos cadáveres de animais, estes são tratados como subprodutos e removidos segundo o protocolo SIRCA, coordenado pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV). A remoção é realizada por empresas credenciadas, garantindo a saúde pública e a conformidade com a regulamentação europeia aplicável.

O efluente pecuário, resultante da exploração, é gerido de acordo com um Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (PGEF), que inclui diretrizes detalhadas para o seu tratamento e destinação, promovendo práticas que atendem às normas ambientais vigentes e minimizam potenciais riscos de contaminação.

5. Avaliação de Impactes Ambientais

5.1. Clima e Alterações Climáticas

Impacte: Emissão de gases com efeito de estufa, particularmente metano e óxido nitroso, provenientes das lagoas de retenção e outras superfícies de efluentes.

Magnitude: Negativo, mas com intensidade reduzida em termos locais.

5.2. Geologia e Solos

Impacte nos Solos: A ocupação do solo pela construção e impermeabilização de áreas impacta a infiltração natural, e a escorrência nos parques de bovinos pode, pontualmente, comprometer a qualidade do solo.

Magnitude: Negativo, mas reduzido, considerando as áreas já modificadas pela ocupação existente. Negativo e moderado quanto à escorrência de solos nas zonas dos parques de bovinos.

5.3. Recursos Hídricos

Consumo e Contaminação de Água: A extração de água subterrânea e o armazenamento de efluentes representam um potencial impacto na qualidade e quantidade de água disponível.

Magnitude: Negativo e reduzido, havendo, contudo, risco de contaminações acidentais.

5.4. Ecologia (Flora e Fauna)

Impacto na Vegetação e Fauna: As operações podem levar à degradação de algumas áreas vegetativas e interferir nas espécies faunísticas da área.

Magnitude: Negativo e reduzido, com pouca interferência em espécies protegidas.

5.5. Paisagem

Alteração Visual: A ampliação da infraestrutura modificou parcialmente a paisagem, mas o impacto visual é reduzido devido à adaptação do projeto ao contexto rural.

Magnitude: Negativo e reduzido.

5.6. Saúde Humana

Ruído e Emissão de Odores: Potenciais incómodos devido ao ruído de operação e à emissão de odores na proximidade da exploração.

Magnitude: Negativo e reduzido, especialmente considerando a distância para áreas residenciais.

5.7. Socioeconomia

Desenvolvimento Regional: A geração de emprego e estímulo económico beneficia a comunidade local.

Magnitude: Positivo e moderado, destacando-se pelo impacto económico positivo.

5.8. Ordenamento do Território

Conformidade com o PDM: O projeto está em conformidade com as normas de ordenamento, assegurando a integração sustentável da exploração na área.

Magnitude: Positivo e moderado.

5.9. Descrição Integrada do Ambiente Afetado

O projeto de regularização da exploração pecuária do Monte da Eira Velha insere-se numa paisagem tipicamente rural do Alentejo, caracterizada por montados de sobro, pastagens melhoradas e olivais.

O meio ambiente envolvente apresenta uma baixa densidade populacional, não se localizando zonas sensíveis para a conservação da natureza na área direta de implantação. Os fatores ambientais relevantes significativamente afetados pelo projeto são:

1. Solo e recursos hídricos, devido à potencial escorrência de efluentes;
2. Qualidade do ar, em virtude da emissão de amoníaco (NH_3) e gases associados à atividade pecuária;
3. Saúde humana, face a riscos associados à proliferação de vetores e à exposição ao ruído;
4. Paisagem e ordenamento do território, considerando a existência de novas estruturas edificadas.

5.9.1. Evolução Previsível da Situação de Referência Sem o Projeto

Na ausência do projeto de regularização:

1. Manter-se-iam as atividades pecuárias sem cumprimento integral das exigências do Novo Regime de Exercício da Atividade Pecuária (NREAP), Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho;
2. Persistiriam riscos elevados de contaminação difusa dos solos e dos recursos hídricos;
3. Agravar-se-iam as condições de salubridade e de bem-estar animal, dado o enquadramento informal das infraestruturas;
4. Não se implementariam as medidas corretivas propostas, resultando na deterioração gradual da qualidade ambiental.

5.9.2. Principais Ações Causadoras de Impactes

As ações que geram impactes significativos são:

1. Existência e funcionamento de parques de bovinos em regime intensivo ao ar livre;
2. Armazenamento e gestão de efluentes pecuários;
3. Construção e impermeabilização associadas aos edifícios agrícolas;
4. Trânsito de veículos de apoio à atividade.

5.9.3. Principais Impactes Ambientais Identificados

Impactes Negativos:

1. Risco de contaminação de águas superficiais e subterrâneas por escorrências de efluentes;
2. Aumento local de emissões de amoníaco e outros compostos voláteis, afetando a qualidade do ar;
3. Incremento de ruído ambiental na fase de operação;
4. Alteração da morfologia e qualidade visual da paisagem rural;
5. Incremento do risco de proliferação de vetores de zoonoses.

Impactes Positivos:

1. Reforço da economia local e geração de emprego direto e indireto;
2. Regularização ambiental e urbanística das infraestruturas existentes;
3. Melhoria da gestão de resíduos e de efluentes agrícolas, através de sistemas impermeabilizados e cobertos;
4. Implementação de medidas de eficiência no uso da água e de energia.

6. Medidas de minimização e Planos de Monitorização

O EIA apresenta um conjunto significativo de medidas e ações a adotar durante as várias fases do projeto com o objetivo de minimizar os impactes previstos. Isto apesar de se concluir que os impactes negativos produzidos por este projeto são, na generalidade, pouco significativos, conforme ficou demonstrado.

As medidas são de caráter geral para a construção a que se seguem medidas para cada um dos descritores. As medidas são elencadas de forma sequencial com índice numérico, organizadas na tabela de medidas de minimização preconizadas.

Não são apontadas medidas de minimização para os descritores para os quais não tenham sido determinados impactes ou que tenham sido considerados como negligenciáveis.

Uma vez que não existe novas construções também não são apontadas, como natural, qualquer medida de mitigação relativo à fase de construção por inexistente.

6.1.1. Condicionantes ao Projeto

São apontadas duas condicionantes ao Projeto, a saber:

Condicionante 1 - Durante a fase de exploração, é obrigatória a implementação de medidas que promovam a valorização de efluentes pecuários, otimização dos recursos hídricos, gestão eficiente de materiais e embalagens, e a introdução de tecnologias que minimizem perdas e promovam o reaproveitamento.

Condicionante 2 – Redimensionar os parques de Bovinos, de forma a excluir do pisoteio as áreas marginais à linha de escorrência que os atravessa, com a colocação

da vedação a 10 m da linha de água. Os parques foram instalados em zonas da periferia da exploração, próximas da rede viária, o que facilita a logística de manejo, reduz o trânsito no interior e contribui para a contenção dos impactes operacionais nas zonas centrais da propriedade.

6.1.2. Medidas Previstas para Prevenir, Reduzir ou Compensar Impactes

O conjunto de Medidas de Minimização constam no capítulo 6 do Relatório Síntese.

1. Recursos Hídricos: Reperfilamento de áreas de parques de bovinos para minimizar escorrências; impermeabilização das nitreiras; criação de zonas tampão em redor das linhas de água.
2. Qualidade do Ar: Melhoria da ventilação natural das instalações e gestão criteriosa dos efluentes para limitar emissões de NH₃.
3. Ruído: Cumprimento rigoroso dos limites do Regulamento Geral do Ruído, Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com medidas de monitorização periódica.
4. Sistemas Ecológicos: Definição de zonas de exclusão de espalhamento de efluentes sobre habitats sensíveis; monitorização periódica da vegetação afetada.
5. Saúde Humana: Programas de controlo de vetores e zoonoses, com limpeza e tratamento regular das áreas de acumulação de matéria orgânica.
6. Paisagem: Integração paisagística das construções, manutenção de elementos naturais e reforço de vegetação nas zonas de maior sensibilidade visual.

Complementarmente, são colocados planos de monitorização, as quais constam do capítulo 7 do Relatório Síntese.

7. Conclusões

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) procedeu à ponderação e análise dos possíveis impactos da implementação da Exploração Pecuária do Monte da Eira Velha.

A realização do projeto de exploração pecuária do Monte da Eira Velha resultará em impactos significativos, que importa aqui sintetizar num balanço abrangente:

Impactes Positivos Identificados:

1. Valorização socioeconómica local, com criação de postos de trabalho diretos e indiretos;
2. Contribuição para a economia rural e manutenção da atividade agropecuária tradicional;
3. Aplicação de boas práticas agrícolas e pecuárias, incluindo a valorização de efluentes orgânicos na fertilização agrícola;
4. Implementação de medidas de gestão ambiental que visam a eficiência no uso de recursos naturais e a minimização de emissões.

Impactes Negativos Identificados:

1. Potenciais emissões de amoníaco (NH_3) e outros compostos para a atmosfera, com efeitos na qualidade do ar, em especial nas imediações da exploração;
2. Risco de escorrências e contaminação das linhas de água superficiais associadas ao regime intensivo ao ar livre dos bovinos, mitigado por medidas de gestão e dispersão controlada;
3. Incremento do nível de ruído ambiente na fase de laboração, ainda que dentro dos limites legais estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro (Regulamento Geral do Ruído);
4. Impactes moderados sobre o solo e a paisagem, essencialmente relacionados com a impermeabilização associada às edificações e acessos.

Considerando o conjunto de impactes positivos e negativos avaliados, e tendo em conta a implementação rigorosa das medidas de minimização e de monitorização propostas, conclui-se que o projeto é globalmente favorável do ponto de vista ambiental, cumprindo as obrigações decorrentes do Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro (Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental).

A evolução expectável da situação de referência sem a concretização do projeto aponta para a manutenção da atual situação de informalidade e desconformidade das infraestruturas, com agravamento potencial das condições ambientais e de bem-estar animal.